

Política de Privacidade

Programa de Ética e Integridade



MATER
NATURA
INSTITUTO DE ESTUDOS AMBIENTAIS

Coordenação

Paulo Aparecido Pizzi

Karina Luiza de Oliveira

César Vincensi Gabbi Tavares

Colaboração

Ana Paula Ferreira da Silva, Carola Alexandra Chrystman Thamm, Carolina Müller, César Vincensi Gabbi Tavares, Diógenes Santana, Helena Zarantonielli da Costa, Juliana Vitulskis, Karina Luiza de Oliveira, Maria Fernanda Ferreira Rivas, Marina Nascimento Oliveira, Paulo Aparecido Pizzi, Peterson Trevisan Leivas, Renata Garrett Padilha e Ricardo Pamplona.

Diretoria do Mater Natura (2023 - 2027)

Paulo Aparecido Pizzi – Presidente

Tiago Machado de Souza – Vice-presidente

Luis Fernando Ribeiro – Secretário

Deise Carrano Jonson – Tesoureira

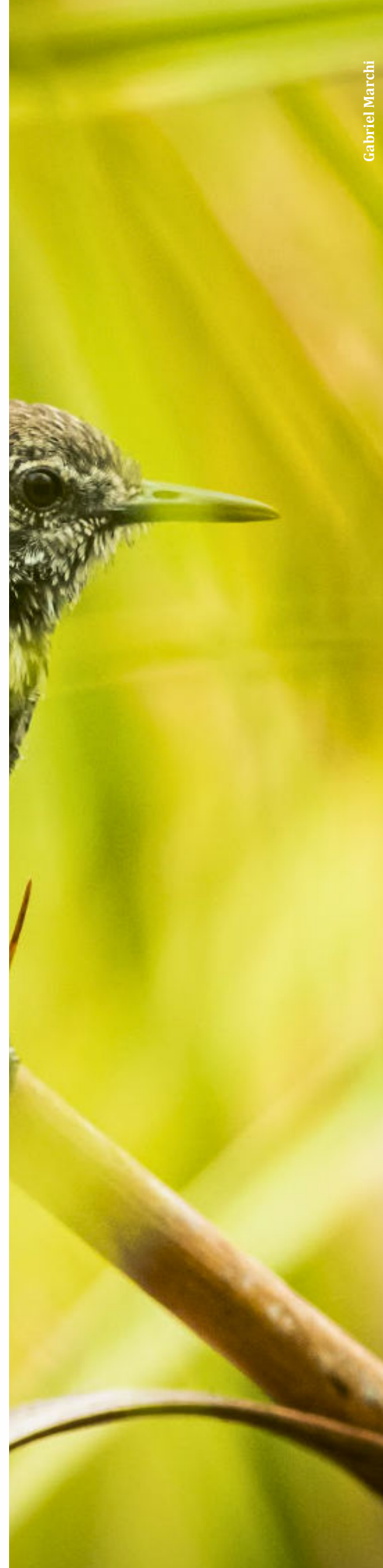
Aprovações

Grupo de Gestão - Outubro de 2025

Diretoria - Novembro de 2025

Assembleia Geral - Novembro 2025

1ª Versão - 2025





Sumário

1.	Objetivo e Abrangência.....	1
2.	Informações gerais sobre a Controladora de Dados.....	1
3.	Compromisso com a transparência e proteção de dados.....	2
4.	Conceitos e definições aplicáveis à Política de Privacidade	2
5.	Princípios do Tratamento de Dados Pessoais	7
6.	Os tipos de dados pessoais tratados pelo Mater Natura	9
7.	Coleta de dados via <i>cookies</i>	12
8.	Finalidades do tratamento dos dados pessoais coletados	14
9.	Maneiras de compartilhamento dos seus dados pessoais com terceiros	15
10.	Dados pessoais de crianças e adolescentes	17
11.	Seus direitos como titular de dados pessoais.....	17
12.	Prazo de armazenamento dos seus dados pessoais.....	19
13.	Encarregado pelo Tratamento de Dados (DPO)	20
14.	Nossos Compromissos com a Segurança e Monitoramento do Uso de Dados.....	21
15.	Vigência e atualizações desta Política.....	23
16.	Anexos.....	23



1. Objetivo e Abrangência

O objetivo desta Política de Privacidade é apresentar as diretrizes adotadas pelo Mater Natura - Instituto de Estudos Ambientais para o tratamento de dados pessoais, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD – Lei nº 13.709/2018). Sua finalidade é garantir transparência, promover a segurança digital e assegurar o respeito à privacidade e aos direitos dos titulares de dados.

Quanto à abrangência, esta política aplica-se a todas as atividades da associação que envolvam o tratamento de dados pessoais, tanto em meios físicos quanto digitais, abrangendo colaboradores (público interno da associação) e terceiros (fornecedores, parceiros, prestadores de serviços, beneficiários e financiadores de projetos e iniciativas que realizamos).

A principal forma de coleta de dados ocorre por meio da visitação e navegação no website do Mater Natura ou em outras plataformas da instituição. Além disso, dados podem ser obtidos por meio de atividades como doações; preenchimento de petições e formulários para campanhas de políticas públicas; inscrição em nossa *newsletter*; participação em *lives*; interação em redes sociais; entre outras.

Em síntese, a coleta, armazenamento e outras formas de tratamento das informações têm como objetivo aprimorar os produtos e serviços oferecidos aos titulares de dados e parceiros da organização, bem como contribuir para o cumprimento da missão institucional do Mater Natura.

Ressalta-se que não coletamos os dados pessoais de menores de 18 anos, sem a ciência e expressa autorização de seus pais ou responsáveis. Em conformidade com o Artigo 11 da LGPD, adotamos formulários de consentimento específicos, devidamente informados e destacados, para a coleta desses dados, conforme detalhado em anexo.



2. Informações gerais sobre a Controladora de Dados

O Mater Natura - Instituto de Estudos Ambientais é uma associação civil sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), registrada sob o CNPJ nº 80.235.781/0001-32. Nossa sede está localizada na Rua Emiliano Pernet, nº 297, sala 122, no Centro de Curitiba/PR, com CEP 80010-050. Para entrar em contato conosco, disponibilizamos o telefone (41) 3013-7185, além do e-mail institucional contato@maternatura.org.br.

Nossas linhas estratégicas de atuação estão direcionadas à restauração ecológica, pesquisa, planejamento e ordenamento territorial, educação ambiental e *advocacy* em prol da conservação da biodiversidade brasileira, com ênfase ao bioma Mata Atlântica. Desde o início da nossa atuação, em 1983, trabalhamos pela defesa, proteção, preservação, conservação e recuperação do meio ambiente, além da preservação do patrimônio paisagístico, histórico e dos valores culturais.



3. Compromisso com a transparência e proteção de dados

O Mater Natura atua com absoluta transparência na proteção das informações pessoais de doadores, parceiros, colaboradores e demais públicos beneficiados por nossas iniciativas. Nossas práticas estão em plena conformidade com a legislação vigente, incluindo o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), seu regulamento (Decreto nº 8.771/2016) e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD – Lei nº 13.709/2018).

Esta Política de Privacidade reforça nosso compromisso com a segurança e privacidade dos dados, explicitando de forma clara como coletamos, utilizamos, compartilhamos, armazenamos e eliminamos informações pessoais. Ressaltamos que o fornecimento de seus dados para nosso *website* e plataformas digitais é sempre voluntário e opcional.

Ao participar de nossos projetos, inscrever-se em eventos ou interagir conosco por meio do *site* e redes sociais, você demonstra ciência e concordância com o tratamento de seus dados conforme as diretrizes aqui estabelecidas.

Além desta Política de Privacidade – documento de acesso público –, o Mater Natura mantém uma Política de Segurança da Informação (PSI), de uso interno. Este documento complementar contém orientações técnicas e procedimentos operacionais destinados a colaboradores, com o objetivo de garantir a proteção adequada dos dados sob nossa responsabilidade.

Por fim, alinhada à transparência, destaca-se o compromisso com ações vinculadas às normas de proteção de dados pessoais, como:

- Existência um canal de comunicação direta com o Encarregado de Proteção de Dados (dpo@maternatura.org.br);
- Mapeamento dos fluxos de dados dentro da organização para entender como eles ocorrem;
- Manutenção de versão atualizada da política de privacidade em nosso *site*, de forma a propiciar a devida comunicação sobre a transparência aos tratamentos de dados realizados dentro da organização;
- Adoção de políticas internas (segurança da informação, plano de incidente de segurança, política de resposta aos titulares de dados) capazes de nivelar o que é esperado da equipe no momento de tratar dados pessoais e receber requisições de titulares e autoridades.



4. Conceitos e definições aplicáveis à Política de Privacidade

Para uma compreensão adequada deste documento, é essencial diferenciar três conceitos inter-relacionados, porém com funções específicas: a Política de Privacidade, o Uso de Dados e a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais). Este documento integra e articula todos esses elementos, garantindo conformidade legal e transparência no tratamento de dados.

I. Política de Privacidade: é o instrumento central para assegurar o cumprimento da LGPD e a proteção dos direitos dos titulares de dados. Ela descreve de forma clara:

- Quais dados do titular são coletados e para quais finalidades;
- Como são armazenados, tratados e protegidos;
- Com quem podem ser compartilhados (quando aplicável);
- Quais são os direitos dos titulares (acesso, retificação, exclusão, portabilidade, oposição ao tratamento e revogação do consentimento).

Essa política está facilmente acessível no *site* do Mater Natura, permitindo que os usuários autorizem ou não o uso de seus dados com base nas informações fornecidas. O consentimento deve ser livre, informado e inequívoco, conforme exigido pela LGPD.

II. Uso de Dados: Refere-se às finalidades específicas para as quais os dados são processados, como a personalização de serviços, análises estatísticas e comunicação institucional (ex.: *newsletters*, campanhas). Envolve desde a coleta até a eliminação dos dados, incluindo a definição de interesse, a utilização de algoritmos e a segurança dos dados.

Todo uso de dados deve estar alinhado à Política de Privacidade e à LGPD, garantindo transparência desde a coleta até a eliminação das informações. Isso inclui a adoção de medidas técnicas e organizacionais para assegurar a segurança e a privacidade durante o armazenamento e processamento.

III. LGPD: Lei que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa física (natural) ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Em linhas gerais, é uma legislação que define normas e direitos relativos à proteção de dados pessoais, fomentando a adoção de práticas de privacidade e assegurando a proteção e o respeito aos direitos dos titulares de dados. Esta lei estabelece obrigações específicas para as organizações que realizam tratamento de dados pessoais, incluindo a exigência de obtenção de consentimento válido, a transparência quanto às finalidades do uso dos dados e a implementação de medidas robustas de segurança da informação. Neste contexto, tanto a Política de Privacidade quanto às práticas de Uso de Dados constituem instrumentos fundamentais para garantir a conformidade com a LGPD.

É importante destacar que a lei apresenta algumas exceções em sua aplicação, não abrangendo o tratamento de dados realizado por pessoas físicas para fins exclusivamente particulares e não econômicos, nem atividades de cunho jornalístico, artístico ou acadêmico. Adicionalmente, a legislação prevê situações em que o tratamento de dados pode ocorrer sem a autorização do titular, particularmente quando envolvem questões de segurança pública, defesa nacional, proteção do Estado ou atividades relacionadas à investigação e repressão de crimes penais.

A LGPD também introduz o conceito de **Termos e Condições Gerais de Uso**, que estabelecem as normas aplicáveis à utilização da plataforma. Estes termos definem tanto os direitos e obrigações dos usuários quanto da própria instituição, funcionando como um contrato de adesão. Neste modelo, não há possibilidade de negociação individual das cláusulas por parte do usuário, que deve aceitar integralmente as condições estabelecidas para poder acessar o serviço ou produto oferecido. O consentimento do titular em relação ao tratamento de seus dados está intimamente vinculado à aceitação destes Termos de Uso - cabendo ao usuário optar entre concordar com todas as disposições ou abrir mão do acesso à plataforma. A manifestação de concordância ("aceite") representa, portanto, a anuência expressa com todas as condições de uso apresentadas.

Para a perfeita compreensão de nossa Política de Privacidade, antes é necessário conhecer e internalizar alguns conceitos e definições da LGPD, conforme abaixo:

- **Agentes de tratamento de dados:** abrange os termos "Controlador" e "Operador" de dados. Quando usado no singular ("Agente"), se refere a um dos dois termos.
- **Anonimização:** procedimento por meio do qual a ligação entre o titular de dados e suas informações é quebrada, impedindo sua identificação a partir dos dados retidos por uma instituição. Por exemplo, a partir de dados coletados pode-se gerar estatísticas sobre o perfil racial de uma instituição sem correlacionar os dados às pessoas específicas.
- **Armazenamento de dados:** Conservação ou custódia de dados em banco de dados, estabelecido em qualquer meio disponibilizado, inclusive nas plataformas gerenciadas por Tecnologia da Informação.
- **Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD:** órgão da administração pública federal, integrante da Presidência da República. Suas tarefas essenciais são fiscalizar e regular a aplicação da LGPD e a ideia é que a entidade, enquanto representante do interesse público, faça a ponte entre a sociedade e o governo. A ANPD também possui o papel de orientar e apoiar outros órgãos do governo, OSCs e empresas em relação ao tratamento de dados.
- **Base de dados:** conjunto estruturado de dados pessoais ou anonimizados, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico.
- **Bases legais:** é uma finalidade prevista em lei para que empresas, entidades e o poder público possam tratar dados pessoais. São exemplos de bases legais: a execução de um contrato de trabalho; o consentimento pode ser uma base legal para mandar e-mail de *marketing*; o cumprimento de obrigação legal pode requerer que você mantenha alguns dados coletados por um período de tempo, a exemplo de dados trabalhistas e fiscais.
- **Bloqueio de informações:** é a suspensão temporária de qualquer operação de tratamento, mediante guarda do dado pessoal ou do banco de dados, e pode acontecer a partir da solicitação do titular ou ser uma sanção.

- **Compartilhamento de dados:** comunicação, difusão, transferência internacional ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais, com autorização específica, entre entes públicos ou privados.
- **Consentimento:** autorização voluntária, clara e informada, pela qual o titular dos dados concorda com o tratamento de dados pessoais para uma finalidade específica. Ao utilizar os serviços e fornecer as informações pessoais em nosso site, o usuário declara ciência e consente com a presente Política de Privacidade. Contudo, o usuário cadastrado pode, a qualquer momento, exercer seus direitos de cancelar seu cadastro, acessar e atualizar seus dados pessoais e garantir a veracidade das informações por ele disponibilizadas, mediante solicitação ao Encarregado pelo e-mail dpo@maternatura.org.br.
- **Controlador de dados:** pessoa física (natural) ou jurídica, pública ou privada, que tem a responsabilidade pelas decisões sobre o meio de captação, a guarda e conservação, a finalidade do tratamento de dados, e os fluxos envolvendo tais informações. Na prática, é quem coleta as informações e é responsável por ela. No presente caso, o Controlador é o Mater Natura - Instituto de Estudos Ambientais.
- **Cookies (Rastreadores):** arquivos enviados por servidores de *sites* e plataformas para o computador ou celular de usuários com a finalidade de identificar o computador ou celular e obter dados de acesso, que são considerados dados pessoais. Esses dados permitem identificar o perfil de usuários e podem ser usados para garantir uma maior segurança e personalizar sua experiência nos *sites* e plataformas.
- **Dado anonimizado:** dado relativo a titular que foram tratados para que ele não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.
- **Dado manifestamente público:** informação que pode ser utilizada livremente porque está disponível nos portais de autoridades governamentais, como a Receita Federal, Portais da Transparência e os diversos Tribunais de Justiça.
- **Dado pessoal:** informação relacionada à pessoa física (natural) identificada ou identificável, como telefone, endereço, CPF, endereço I.P., link de perfil em redes sociais, etc.
- **Dado pessoal sensível:** informação sobre aspectos da vida do titular que podem gerar situações delicadas, como algum tipo de discriminação ou exposição, a exemplo: origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico.
- **Eliminação:** exclusão de informação ou de conjunto de informações armazenados em banco de dados, independente do procedimento empregado. A exclusão é definitiva e pode ocorrer também por requerimento do titular ou ser uma sanção.

- **Encarregado:** pessoa designada pelo Controlador e Operador para ser o ponto de contato entre a entidade responsável pelo tratamento de dados pessoais da instituição, os titulares dos dados e ANPD. Também conhecida como encarregada de proteção de dados ou DPO (*Data Protection Officer*), que é o termo utilizado na lei europeia que serviu de modelo para a LGPD.
- **Finalidade:** o tratamento de dados deve ser feito para fins legítimos, específicos e explícitos, que sejam baseados na lei e informados ao titular, para assegurar a legalidade do tratamento de seus dados.
- **Incidente de insegurança:** violação de segurança que provoca, de modo acidental e ilícito, a destruição, a perda, a alteração, a divulgação de dados ou o acesso não autorizado a dados pessoais sujeitos a qualquer tipo de tratamento.
- **Operador de dados:** pessoa física ou jurídica, pública ou privada, encarregada de coletar e realizar operações de tratamento de dados pessoais de acordo com as decisões e orientações do Controlador.
- **Plataformas:** são sistemas online que utilizam tecnologia para conectar diferentes tipos de usuários, permitindo que eles realizem diversas atividades, tais como: redes sociais (Facebook, Instagram); plataformas de mensagens (WhatsApp); E-commerce (Amazon, Magazine Luiza); marketplaces (Mercado Livre, Shopee); plataformas de serviços (Uber, iFood).
- **Política de Privacidade:** refere-se a informações específicas de coleta, armazenamento e proteção de dados pessoais de usuários de um site ou aplicativo.
- **Termos e Condições Gerais de Uso:** servem para indicar as regras que devem ser respeitadas ao utilizar a plataforma. Ou seja, informam as obrigações e direitos dos usuários como também da plataforma, visto que o mesmo serve como uma espécie de contrato de adesão.
- **Titular ou Proprietário dos dados / “Você”:** os termos “você”, “usuário”, “seu”, “sua” referem-se à pessoa física, usuária do site e redes sociais do Mater Natura, a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento, e que está consentindo com esta Política de Privacidade.
- **Transferência de dados:** divulgar, comunicar, trocar e/ou transmitir, por qualquer forma e por qualquer meio, de um ponto a outro, sem fronteiras geográficas, os dados a pessoas físicas ou jurídicas que não o titular, sejam elas determinadas ou indeterminadas.
- **Tratamento de Dados Pessoais:** qualquer procedimento realizado com dados pessoais, desde o momento em que a informação entra em um banco de dados até sua exclusão, incluindo, mas não se limitando a: coleta, criação, armazenamento, recepção, categorização, uso, acesso, reprodução, transmissão, compartilhamento, processamento, eliminação, análise, modificação, transferência, entre outros.

- **Vazamento de dados** é o nome dado para um tipo de incidente de segurança que envolve especificamente a exposição não autorizada de dados pessoais e informações privadas e sigilosas para terceiros sem autorização ou de forma pública.

A LGPD estabelece obrigações diferenciadas para os denominados Agentes de Pequeno Porte, quando do tratamento de dados, conforme disposto na Resolução ANPD nº 02/2022. Esta norma traz flexibilizações específicas para microempresas, empresas de pequeno porte, *startups* e organizações sem fins lucrativos, isentando-as da obrigatoriedade de nomear um Encarregado pelo Tratamento de Dados (DPO). As principais facilidades incluem: a possibilidade de manter registros de operações de tratamento em formato simplificado, seguindo modelo padrão da ANPD; procedimento facilitado para comunicação de incidentes de segurança; adoção de políticas de segurança da informação adequadas à realidade operacional e capacidade econômica da organização; e prazos em dobro para cumprimento de obrigações, exceto para o fornecimento de declaração simplificada sobre os dados tratados, que mantém o prazo original de 15 dias.

É importante ressaltar que mesmo com essas adaptações, as Organizações da Sociedade Civil devem manter um canal de comunicação com titulares de dados e implementar medidas básicas de segurança da informação. A resolução não se aplica a organizações que realizem operações de tratamento consideradas de alto risco, definidas como aquelas que, de forma conjunta: (1) possam afetar significativamente direitos e interesses fundamentais dos titulares, e (2) envolvam o tratamento de dados sensíveis ou de grupos vulneráveis (crianças, adolescentes e idosos).



5. Princípios do Tratamento de Dados Pessoais

O princípio da **boa-fé** constitui a base de toda a LGPD, exigindo que o tratamento de dados pessoais seja realizado com conduta ética, transparência e lealdade. Esse princípio reflete valores fundamentais para uma convivência social responsável, implicando deveres como clareza nas informações, coerência nas ações e cooperação com os titulares.

Além da boa-fé, a LGPD estabelece **outros princípios essenciais** que devem guiar todas as atividades de tratamento de dados pessoais:

- **Finalidade:** é o motivo do tratamento de dados que a organização realiza, com propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades. Ou seja, é necessária uma justificativa razoável para a coleta e utilização dos dados pessoais, caso contrário, o tratamento é considerado inadequado.
- **Adequação:** é a busca por meios mais adequados para realizar a coleta e o tratamento de dados pessoais de acordo com a situação específica. O tratamento somente poderá ser realizado se for compatível com as finalidades que foram informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento.
- **Necessidade:** o tratamento de dados deve se limitar ao mínimo necessário para a

realização de suas finalidades. A abrangência dos dados deve ser pertinente, proporcional e não excessiva em relação ao cumprimento de suas finalidades. Este princípio está relacionado à finalidade, assim, as organizações devem refletir quais dados são indispensáveis para o cumprimento da finalidade e coletar apenas a partir desta necessidade.

- **Livre acesso:** garantia para os titulares consultarem de maneira fácil e gratuita a forma e duração do tratamento, além de consulta aos seus dados de maneira integral. Para garantir o acesso, as organizações devem criar um fluxo que identifique quais são os dados que mantém e quais tratamentos são realizados a partir deles, bem como explicitar os responsáveis por esta demanda, além de divulgar como se dá este acesso.
- **Qualidade dos dados:** garantia aos titulares sobre a exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com as necessidades e finalidades do tratamento. As OSCs têm responsabilidade de garantir que as informações de seu banco de dados estejam atualizadas, corretas e coerentes com a realidade. Para isso, é importante estabelecer mecanismos que permitam uma atualização dos dados pessoais.
- **Transparência:** garantia para os titulares de informações de forma clara, precisa e de fácil acesso sobre a realização do tratamento e dos respectivos agentes de tratamento, observando os segredos comercial e industrial. É uma obrigação das organizações serem transparentes sobre o modo de tratamento de dados que adotam, tanto para os titulares como para os parceiros e para a ANPD.
- **Segurança:** deve-se utilizar medidas técnicas e administrativas que sejam aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão. Os dados devem ser protegidos e acessados apenas pelas pessoas autorizadas e treinadas. Este princípio se relaciona com todo o texto da legislação, já que um dos principais objetivos é a prevenção de vazamentos e danos causados por tratamento de dados inadequados.
- **Prevenção:** deve-se adotar medidas para prevenir a ocorrência de danos decorrentes do tratamento de dados pessoais, este princípio está relacionado ao anterior (segurança), devendo ser adotadas medidas para prevenir a ocorrência de danos, incluindo o treinamento de quem, direta ou indiretamente, trata os dados pessoais.
- **Não discriminação:** o tratamento de dados não pode ser realizado para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos, ou seja, nenhum dado pode ser utilizado para tratamento desigual, sendo que se deve ter ainda mais atenção com os dados sensíveis.
- **Responsabilização e prestação de contas:** é a responsabilidade de documentar os fluxos do tratamento de dados, assim como de demonstrar a forma como é feita a coleta de dados, qual a finalidade, como são feitos o compartilhamento e armazenamento etc. Essas informações podem ser informadas aos titulares,

parceiros e ANPD, que têm direito de saber sobre os procedimentos. A Lei define este princípio como o dever de demonstrar a adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.



6. Os tipos de dados pessoais tratados pelo Mater Natura

Em nossas operações cotidianas, realizamos a coleta de dados pessoais e, quando necessário, de dados sensíveis, sempre com o conhecimento expresso e consentimento prévio dos usuários. Essas informações são armazenadas em bancos de dados próprios do Mater Natura, com segurança e em conformidade com a LGPD.

O tratamento de dados sensíveis ocorre exclusivamente para fins legítimos e específicos, como a implementação de ações afirmativas que consideram critérios de diversidade (raça, origem étnica, orientação sexual ou identidade de gênero), sempre com transparência e respeito aos direitos dos titulares.

Nosso *website* e plataformas digitais não coletam dados pessoais de forma automática ou sem autorização. Informações como nome, data de nascimento, estado civil, profissão, raça, gênero, CPF, dados bancários ou endereço só são obtidas quando fornecidas voluntariamente pelo usuário. Sempre que esses dados forem necessários – seja para acesso a serviços, envio de notícias ou participação em projetos –, solicitaremos seu consentimento explícito, por meio de formulários ou cadastros, assegurando que a autorização seja livre, informada e inequívoca.

O Mater Natura realiza o tratamento dos seguintes dados pessoais, sempre em conformidade com a LGPD e com estrita finalidade institucional:

- Dados cadastrais básicos: nome completo, CPF, RG, data de nascimento, estado civil, profissão e gênero;
- Dados de contato: endereço postal, e-mail, telefone, celular e perfis em mídias sociais (quando fornecidos como canal de comunicação);
- Dados institucionais: CNPJ (no caso de parceiros institucionais, fornecedores ou prestadores de serviço), vínculo com organizações (escolas, universidades, centros de pesquisa ou órgãos públicos);
- Dados financeiros: informações bancárias (conta, agência e instituição financeira), exclusivamente para fins de transações autorizadas;
- Dados técnicos: a exemplo de coordenadas geográficas de propriedades rurais participantes de programas de parceria e Cadastro Ambiental Rural (CAR), quando necessário para execução de projetos ambientais.

Quanto ao tratamento de informações sensíveis e confidenciais, baseando-se nos princípios da necessidade, segurança e transparência, o Mater Natura coleta tais dados exclusivamente quando necessário para finalidades específicas e legítimas, como

informações de saúde (exigidas em exames admissionais, periódicos e demissionais para colaboradores CLT) e dados sobre raça ou origem étnica, para ações afirmativas ou programas específicos, por exemplo. Observa-se que dados financeiros e bancários, ou chaves-pix, não são considerados dados sensíveis; por outro lado, são informações confidenciais devendo ter igual tratamento de segurança contra acessos indevidos.

Os tipos de dados pessoais que coletamos estão ligados à natureza da relação que estabelecemos com você, podendo ser obtidas: a) fornecidas diretamente por você, mediante preenchimento de formulário ou cadastro eletrônico, utilizando aplicativos; b) por terceiros - nosso *site* poderá redirecionar você para uma plataforma de gestão de inscrição e pagamento (tipo Even3, PagSeguro, PayPal etc), que operacionalizará a coleta de dados pessoais e nos repassará; c) coletadas de forma automática de dispositivos que você utiliza para acessar o nosso *site* ou aplicativos de dispositivos móveis (celulares), mediante *cookies* ou tecnologias similares; d) ou serem provenientes de bases públicas disponíveis online, incluindo, mas não se limitando a, mídias sociais (como o Facebook, Instagram, LinkedIn, Twitter etc.). Nesse caso, as informações somente são coletadas caso você tenha permitido previamente, ficando assegurado o direito de revogar a permissão.

O Mater Natura declara que não realiza decisões automatizadas que produzam efeitos jurídicos ou relevantes sobre o titular. Caso essa prática venha a ser adotada, os titulares serão informados e terão seus direitos assegurados.

Abaixo, apresentamos as diferentes maneiras pelas quais os dados podem ser obtidos em nossa organização:

- Navegação em nosso *site*: o *website* coleta automaticamente atributos associados aos seus dispositivos eletrônicos, tais como: provedor de acesso, sistema operacional, navegador, configurações de vídeo (tamanho/resolução e quantidade de cores), data e hora do acesso, cidade e país do acesso. Essa é uma coleta padrão normalmente realizada por *sites* para gerar estatísticas de acesso.
- Contato com o Mater Natura: fica o registro de seus dados, quando você nos contatar através dos canais disponíveis em nosso *site* para, por exemplo, agendar visitas ou solicitar informações adicionais sobre nossa organização.
- Comunicação e *marketing*, a exemplo da assinatura do nosso boletim informativo (*newsletter*): o e-mail cadastrado pelo visitante que optar por se inscrever na *newsletter* será coletado e armazenado até que o usuário solicite o descadastro.
- Realização de doações e pagamentos: coletamos dados necessários para processar sua contribuição junto ao setor financeiro, tais como, número do cartão de crédito, além dos pagamentos efetuados.
- Participação em reuniões, palestras, formações (capacitações), *lives* e mobilizações sociais: durante esses eventos, podemos coletar informações pessoais.
- Visitas de monitoramento de projetos: em projetos em que oferecemos suporte técnico, monitoramos a implementação de soluções socioambientais.

- Visitas guiadas: recebemos pessoas em nossa sede, locais de execução de projetos, ou em outras propriedades parceiras para visitas guiadas.
- Inscrições e participação em eventos e cursos: coletamos informações dos participantes para melhor organização.
- Processos seletivos: registramos dados de candidatos para vagas de trabalho, voluntariado, estágios, pesquisa, entre outros.
- Execução de projetos, prestação de serviços e execução de contratos: nossas atividades institucionais, principalmente aquelas relacionadas à execução de projetos, são regulados por Contratos e Planos de Trabalhos, sendo que sua execução implica na coleta de dados diversificados. Alguns dados são necessários para que um contrato possa ser assinado, por exemplo, a verificação da situação cadastral de um fornecedor junto à Receita Federal, endereço de entrega de itens adquiridos pela internet, contratação de funcionário, entre outros.
- Mediante assinatura de Termo de Autorização de Uso de Imagem/Voz, também podemos tirar fotos e gravar vídeos para divulgação de ações de comunicação, voluntariado e eventos em que você venha a participar (vide modelos nos anexos).

Quanto às bases legais, os dados são tratados com fundamento nas seguintes hipóteses legais previstas no artigo 7º da LGPD:

- Consentimento do titular: Obtenção de consentimento livre, informado e inequívoco por parte do titular, que permite o tratamento de dados pessoais para uma finalidade previamente definida.
- Cumprimento de obrigação legal ou regulatória: a exemplo da prestação de contas de OSC a órgãos governamentais, que requeiram informações de dados pessoais de doadores pessoas físicas.
- Execução de contrato ou de procedimentos preliminares: por exemplo a obtenção do CPF e conta bancária para pagar o salário/remuneração do empregado/prestador de serviços.
- Exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral: por exemplo, a OSC lança mão de dados pessoais de terceiros para afastar imposição de multa fiscal ou evitar condenação judicial.
- Proteção à vida ou à incolumidade física do titular dos dados ou de terceiros: exemplo é a OSC fornecer os dados pessoais de funcionário a hospital, quando de emergência médica.
- Tutela de saúde: cabe exclusivamente aos procedimentos realizados por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária.
- Proteção do crédito: o credor trata dados pessoais de um devedor inadimplente junto aos órgãos de proteção ao crédito (Serasa, SPC, Cadin, etc).

- Estudo por órgão de pesquisa: coleta de dados para a execução de políticas públicas, garantindo sempre que possível a anonimização dos dados pessoais.
- Legítimo interesse do controlador: desde que não se sobreponham aos direitos e às liberdades fundamentais dos titulares.
- Segurança da informação e prevenção a fraudes: são conceitos totalmente distintos. Enquanto o primeiro trata dos cuidados com os dados de uma instituição, o outro tem por objetivo prevenir que fraudadores obtenham vantagem financeira sobre seu negócio/atividade. A prevenção envolve procedimentos tecnológicos, adoção de normas internas e capacitação de operadores de dados.



7. Coleta de dados via *cookies*

Assim como acontece em muitos *sites* profissionais, utilizamos *cookies* para aprimorar a experiência do usuário e analisar o tráfego por meio do serviço **Google Analytics**. Os *cookies* são pequenos arquivos que são instalados no seu dispositivo eletrônico, auxiliando na exibição adequada do *site*, na compreensão de como os visitantes navegam pelas páginas e na personalização de conteúdos, exibindo sugestões relevantes em outras plataformas e mecanismos de busca.

Ao navegar em nosso *site*, você pode personalizar suas preferências de consentimento, rejeitando ou aceitando a total utilização de *cookies* durante sua navegação, bem como salvar suas preferências. Todavia, a revogação do consentimento de determinados *cookies* pode inviabilizar o funcionamento correto de alguns recursos da plataforma. Para gerenciar os *cookies* do seu navegador, basta fazê-lo diretamente nas configurações do navegador, na área de gestão de *cookies*.

Abaixo, detalhamos as informações coletadas, o propósito de seu uso e a razão pela qual, em alguns casos, os *cookies* precisam ser armazenados. Utilizamos os seguintes *cookies*:

<i>Cookies estritamente necessários: 1</i>		
Chave de cookie	Expiração	Descrição
cookieyes-consent	1 ano	Este cookie é usado para lembrar o consentimento do usuário para o uso de <i>cookies</i> no site.

<i>Cookies de desempenho: 4</i>		
Chave de cookie	Expiração	Descrição
_ga_YN00J5GS5Z	1 ano e 1 mês	Este <i>cookie</i> é usado pelo <i>Google Analytics</i> para persistir o estado da sessão.

Cookies de desempenho: 4		
Chave de cookie	Expiração	Descrição
_ga	1 ano e 1 mês	Este <i>cookie</i> está associado ao <i>Google Universal Analytics</i> - que é uma atualização significativa para o serviço de análise mais comumente usado do Google. Este <i>cookie</i> é usado para distinguir usuários únicos atribuindo um número gerado aleatoriamente como um identificador de cliente. Ele é incluído em cada solicitação de página em um <i>site</i> e utilizado para calcular dados de visitantes, sessões e campanhas para os relatórios de análise dos <i>sites</i> .
pk_id.121567.efe2	1 ano	Este <i>cookie</i> está associado à plataforma de análise da <i>web</i> de código aberto Piwik. Ele é usado para ajudar os proprietários de <i>sites</i> a rastrear o comportamento do visitante e medir o desempenho do <i>site</i> . É um <i>cookie</i> do tipo padrão, onde o prefixo <i>pk_id</i> é seguido por uma curta série de números e letras, que se acredita ser um código de referência para o domínio que define o <i>cookie</i> .
_pk_ses 121567 efe2	30 minutos	Este nome de <i>cookie</i> está associado à plataforma de análise da <i>web</i> de código aberto Piwik. Ele é usado para ajudar os proprietários de <i>sites</i> a rastrear o comportamento do visitante e medir o desempenho do <i>site</i> . É um <i>cookie</i> do tipo padrão, onde o prefixo <i>_pk_ses</i> é seguido por uma curta série de números e letras, que se acredita ser um código de referência para o domínio que define o <i>cookie</i> .

Utilizamos o *Google Analytics* para entender melhor como os usuários interagem com nosso site. Esse serviço de análise coleta e processa dados como o endereço IP (Protocolo de Internet), informações sobre o navegador (*browser*), sistema operacional utilizado, domínio, páginas acessadas e baixadas, datas/horas e tempo de visita, entre outros. Esses dados são usados de forma agregada e anônima, com o objetivo de melhorar o conteúdo e a navegação do *site*. Para garantir maior privacidade, implementamos a anonimização de IP no *Google Analytics*.

Os usuários têm a opção de desativar os *cookies* diretamente em seu navegador, ou instalar um *plugin* oferecido pelo Google para evitar o rastreamento via *Google Analytics*: <https://tools.google.com/dlpage/gaoptout>.

Se você deseja saber mais sobre como terceiros utilizem os dados pessoais coletados por meio de *cookies*, recomendamos que consulte suas políticas de privacidade, acessando os links abaixo:

- [Política de Privacidade do Google Analytics](#)
- [Política de Privacidade do Google Ads](#)
- [Política de Privacidade do Facebook](#)

Além disso, você tem a opção de configurar ou remover *cookies* diretamente em seu navegador. Abaixo, fornecemos *links* que explicam como ajustar as configurações de *cookies* nos principais navegadores:

- [Configurações de Cookies no Firefox](#)
- [Configurações de Cookies no Internet Explorer](#)
- [Configurações de Cookies no Google Chrome](#)
- [Configurações de Cookies no Safari \(macOS\)](#)

Quando da realização de fóruns de discussão, *lives* ou outras modalidades de encontros virtuais, outros participantes - inclusive pessoas não vinculadas ao Mater Natura -, poderão visualizar as informações pessoais que o usuário vir a fornecer. Portanto, em fóruns de discussão abertos, suas informações se tornarão públicas.



8. Finalidades do tratamento dos dados pessoais coletados

Nós utilizamos seus dados pessoais para uma variedade de **finalidades**, tais como:

- Enviar o conteúdo e as atualizações que constam em nosso boletim informativo, diretamente para o seu *e-mail*;
- Processar pagamentos e efetivar doações realizadas em nosso favor, mediante coleta voluntária e consentida de dados bancários e de cartão de crédito;
- Registrar sua presença em eventos como reuniões, palestras, formações ou outras atividades organizadas por nós. Nessas situações, podemos também utilizar seus dados para emitir certificados e gerar relatórios que mensurem o impacto dos nossos projetos, como o número de participantes em nossos eventos;
- Acompanhar agricultores e outros beneficiários com os quais desenvolvemos soluções voltadas à agricultura sustentável, restauração ecológica ou à preservação ambiental;
- Facilitar a sua participação em cursos e eventos *online* promovidos por nossa organização, incluindo o registro dos seus dados em listas de comunicação sobre nossos projetos. Também podemos criar públicos-alvo específicos em redes sociais, para que o conteúdo que promovemos alcance pessoas com interesse em temas relacionados à nossa atuação no Mater Natura;
- Realizar triagens para processos seletivos, gerenciar o registro, alocação e pagamento de profissionais, voluntários e pesquisadores que colaboram em nossas iniciativas;
- Confirmar doações, aquisições e cadastros no *site* do Mater Natura;
- Realizar análises estatísticas;
- Auxiliar na criação de conteúdo de relevância ao usuário, de acordo com suas preferências identificadas de forma estatística durante a navegação no *site*.

O Mater Natura ressalta que poderá realizar o tratamento de dados pessoais para finalidades adicionais às aqui descritas, desde que plenamente alinhadas com os requisitos e princípios da LGPD. Em todos os casos, garantiremos absoluta conformidade com o marco legal vigente.

Nos casos em que o consentimento for a base legal para o tratamento, adotamos os seguintes compromissos:

- **Comunicação prévia:** Qualquer alteração nas finalidades, métodos de tratamento, prazos de armazenamento ou políticas de compartilhamento será formalmente comunicada;
- **Direito de oposição:** Você poderá exercer seu direito de revogar o consentimento a qualquer momento, caso discorde das novas condições;
- **Transparência:** Todas as mudanças serão apresentadas de forma clara e acessível, permitindo decisão informada.



9. Maneiras de compartilhamento dos seus dados pessoais com terceiros

O Mater Natura adota como princípio fundamental, inclusive em seu Código de Ética e Conduta¹, não compartilhar dados pessoais com terceiros sem o prévio consentimento do titular, a menos que seja estritamente necessário para manter a sua relação conosco. No entanto, em alguns casos, será necessário compartilhar dados com prestadores de serviço e parceiros contratados que auxiliam na entrega dos compromissos firmados com você, incluindo plataformas de tecnologia, *marketing* e suporte, mediante contrato.

Além disso, podemos compartilhar os dados com financiadores de projetos, a fim de prestar contas sobre nossas atividades e a utilização dos recursos que nos foram alocados. Também podemos compartilhar informações com o Estado, caso seja necessário para cumprir obrigações legais ou regulatórias, como o registro de trabalhadores sob o regime CLT, ou garantir transparência em projetos realizados em parceria com o setor público.

Os dados pessoais que coletamos podem ser compartilhados com os seguintes agentes externos que interagem com o Mater Natura:

- **Escritório de contabilidade:** O escritório que auxilia o Mater Natura no cumprimento de suas obrigações fiscais e trabalhistas tem acesso aos dados pessoais necessários para esse fim.
- **Sistema G-Suite:** Utilizamos as ferramentas do Google para comunicação, organização de documentos e colaboração em planilhas e arquivos que contenham dados pessoais.
- **OneDrive (Microsoft):** Eventualmente utilizamos o armazenamento da Microsoft, e

¹ <https://maternatura.org.br/quem-somos/programa-integridade/>

os dados pessoais podem ser compartilhados com a empresa para garantir a segurança dessas informações;

- Grupo Meta (Facebook, Instagram, WhatsApp): Compartilhamos dados de contato para criação de audiências específicas e direcionamento de conteúdos nas redes sociais. O WhatsApp também pode ser usado para comunicação interna e externa, mas evitamos ao máximo compartilhar dados pessoais através dessa plataforma.
- Plataformas de vídeo (Zoom, Google Meet e Microsoft Teams): Utilizamos essas plataformas para a realização de reuniões e eventos, o que implica no compartilhamento de nomes e endereços de *e-mail* dos participantes.
- Salesforce: Podemos utilizar o sistema do Salesforce, ou outra ferramenta similar, para gestão segura de arquivos e dados, o que inclui o armazenamento de informações pessoais.
- Woocommerce e Pagseguro: Podemos utilizar esses sistemas, ou outros similares, para viabilizar doações e compras em nossa plataforma, o que inclui o compartilhamento automático de dados pessoais e de pagamento;
- Imprensa: Em caso de necessidade, podemos compartilhar dados pessoais com veículos de imprensa para atribuição de autoria em reportagens nas quais você esteja envolvido.
- Conselho Fiscal: O Mater Natura poderá compartilhar dados pessoais com seu Conselho Fiscal para o cumprimento de suas atividades estatutárias.
- Caauditoria: A empresa de auditoria independente Caauditoria pode acessar os dados pessoais contidos nos documentos auditados para garantir a conformidade das atividades do Mater Natura.
- Banco de dados do Pacto Mata Atlântica: Na qualidade de associados ao Pacto pela Restauração da Mata Atlântica, compartilhamos com este movimento dados cadastrais de propriedades rurais participantes de projetos de restauração ecológica do Mater Natura, como parte do monitoramento e transparência de nossas atividades com financiadores e a sociedade.

O Mater Natura coleta dados pessoais diretamente dos titulares por meio de diversas interações, como formalização de parcerias, cadastro de voluntários, acesso às nossas instalações, navegação em nosso site, ou por meio de contatos estabelecidos via formulários, *e-mails*, telefone, campanhas digitais e redes sociais.

Em determinadas situações, atuamos como Operador de Dados, realizando o tratamento conforme as diretrizes estabelecidas pelo Controlador de Dados, que é o responsável pelas decisões sobre a finalidade e os meios de processamento das informações. Ressaltamos que não comercializamos dados pessoais sob nenhuma circunstância. Quando necessário, o compartilhamento de dados com parceiros e fornecedores é realizado em plena conformidade com a LGPD, exigindo que esses agentes mantenham os mesmos padrões de

segurança e proteção que adotamos internamente.

Em cumprimento à legislação, podemos compartilhar dados pessoais com autoridades públicas quando exigido por obrigações legais ou regulatórias, ou em atendimento a ordens judiciais ou administrativas válidas.

Em todas as situações - seja no tratamento interno dos dados ou em compartilhamentos externos - garantimos que as informações serão utilizadas com o máximo de cuidado, segurança e conformidade com esta Política de Privacidade, sempre respeitando os princípios éticos e legais.

Atenção: O Mater Natura não se responsabiliza pelas políticas de privacidade ou conteúdo de *sites* externos eventualmente *linkados* em nosso *website*. Recomendamos que os usuários revisem as políticas de privacidade desses *sites* antes de fornecer quaisquer informações pessoais.



10. Dados pessoais de crianças e adolescentes

Em certas situações, o Mater Natura poderá processar dados pessoais de crianças e adolescentes, como no caso de visitas escolares à nossa sede. Nessas ocasiões, o tratamento de dados é feito com o objetivo de proteger o melhor interesse dos menores, sempre com o consentimento explícito e destacado dos pais ou responsáveis.

Ainda que, em algumas circunstâncias, a obtenção deste consentimento possa ser desafiadora, empenhamos todos os esforços para garantir que ele seja dado pelos responsáveis legais.

No entanto, em situações nas quais isso não é viável, optamos por não excluir a criança de atividades que exijam o uso de seus dados pessoais. Nesses casos, baseamos o tratamento de dados em uma das justificativas legais aplicáveis a dados sensíveis. Atuamos dessa forma por entender que crianças e adolescentes são titulares de dados vulneráveis, e nossas atividades não envolvem riscos elevados ou impactos negativos para eles.

Observa-se, portanto, que os dados pessoais de crianças e adolescentes não são necessariamente sensíveis, a menos que se refiram à informações definidas como sensíveis pela LGPD.



11. Seus direitos como titular de dados pessoais

A seguir, apresentamos os direitos dos titulares e como exercê-los junto ao Mater Natura, de acordo com o artigo 18 da LGPD:

- **Confirmação da existência de tratamento de dados:** A nossa política já confirma que podemos tratar seus dados pessoais se você estiver interagindo conosco em uma das situações descritas no item 6 desta Política. Caso tenha dúvidas sobre outras situações em que podemos tratar seus dados, entre em contato conosco.

- **Acesso aos seus dados:** O titular pode solicitar uma cópia dos seus dados pessoais que mantemos, e disponibilizamos essa informação em até 15 dias, na forma de uma declaração completa com a origem dos dados, existência de registro, critérios utilizados para coleta e finalidade do tratamento.
- **Correção de dados:** Se o titular notar que seus dados pessoais mudaram ou estão incorretos, inexatos ou desatualizados, entre em contato para que possamos corrigir as informações.
- **Exercer a portabilidade dos dados:** as informações que armazenamos sobre o titular podem ser levadas para outra instituição, após realizar uma requisição ao encarregado de proteção de dados.
- **Revogação do consentimento:** O titular pode cancelar o seu consentimento para o tratamento de seus dados pessoais, a menos que exista outra base legal para o tratamento de seus dados, como nosso legítimo interesse ou o interesse de terceiros que nos contrataram.
- **Eliminação de dados tratados com base no consentimento:** O titular pode solicitar a exclusão dos dados pessoais tratados com base no consentimento concedido. No entanto, é importante lembrar que podemos ter outras justificativas legais para continuar tratando os dados, como a necessidade de cumprimento de uma obrigação legal.
- **Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados excessivos ou desnecessários:** O titular tem o direito de solicitar a anonimização, bloqueio ou eliminação de dados que julgar excessivos ou desnecessários para a finalidade indicada.
- **Informações sobre o compartilhamento de dados com terceiros:** É direito do titular saber como os dados pessoais são compartilhados, incluindo com quem foram compartilhados. Embora essas informações estejam explícitas no item 9 desta política, o titular pode nos contatar caso tenha dúvidas específicas, por exemplo, sobre projetos dos quais é beneficiário. Lembramos que o compartilhamento com terceiros é vedado no caso de tratamento de dados para uso exclusivo da controladora.
- **Direito de ser informado sobre a possibilidade e as consequências de não fornecer o consentimento, no momento de sua solicitação, quando essa for a base legal que justifica a coleta dos dados.**

É importante informar que, em alguns casos, poderá haver um prazo necessário para o processamento da solicitação devido a questões técnicas ou obrigações legais específicas que exijam a manutenção temporária dos dados. Para exercer quaisquer direitos relacionados à proteção de dados pessoais, incluindo solicitações de acesso, retificação ou exclusão de informações, os titulares podem entrar em contato com nosso Encarregado de Proteção de Dados (DPO) através do e-mail dpo@maternatura.org.br.

Caso considere que seu direito não foi devidamente atendido, o titular possui o direito de apresentar recurso diretamente à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) por meio do sistema de peticionamento eletrônico disponível no site do órgão.



12. Prazo de armazenamento dos seus dados pessoais

O Mater Natura armazena e utiliza seus dados pessoais pelo tempo necessário para cumprir as finalidades elencadas no momento do consentimento de coleta sejam atingidos. De forma geral, os prazos médios de retenção dos dados são:

- Dados de projetos: 10 anos após o encerramento do projeto;
- Dados trabalhistas e previdenciários: 20 anos após desligamento, conforme previsão legal;
- Dados de menores: até 2 anos após conclusão da atividade, salvo obrigação legal;
- Dados financeiros: 5 a 10 anos após o exercício fiscal subsequente, conforme previsão legal.

Findado o período de armazenamento dos dados pessoais, estes serão excluídos de nossas bases de dados ou anonimizados, ressalvadas as hipóteses legalmente previstas no artigo 16 da LGPD, a saber:

I – cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;

II – estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;

III – transferência a terceiro, desde que respeitados os requisitos de tratamento de dados dispostos nesta Lei; ou

IV – uso exclusivo do controlador, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados.

De acordo com o Marco Civil da Internet (Lei 12.965/16), todos os dados são armazenados em um ambiente seguro e com acesso controlado, de forma a garantir a confidencialidade, integridade e inviolabilidade dos seus dados. Aplicamos um protocolo interno com medidas técnicas e organizacionais de segurança da informação para proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, vazamentos, destruição ou qualquer forma de tratamento inadequado, em conformidade com as orientações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), em seu guia² para agentes de pequeno porte, incluindo:

- Treinamento contínuo de nossos colaboradores;
- Proibição de compartilhamento de *logins* e senhas;

² <https://www.gov.br/anpd/pt-br/centrais-de-conteudo/materiais-educativos-e-publicacoes/guia-vf.pdf>

- Acesso aos dados pessoais restrito a membros da equipe que precisem dessas informações para executar suas funções em um determinado projeto;
- Estabelecimento de cláusulas contratuais para garantir que terceiros contratados sigam as mesmas salvaguardas que aplicamos aos dados pessoais;
- Uso de autenticação em dois fatores para acessar *e-mails* e pastas de projetos;
- Manter *softwares* e antivírus originais e atualizados que garantam a proteção da instituição contra *malwares*, *ransomwares* e outros ataques cibernéticos;
- Inclusão em Contratos com terceiros de cláusulas que obriguem os parceiros a proteger os dados compartilhados.

Para proteger os dados pessoais, o Mater Natura utiliza medidas técnicas e administrativas, seguindo os padrões de mercado, com o objetivo de prevenir e remediar acessos não autorizados, além de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão indevida de informações. Orientamos nossos colaboradores e parceiros sobre a importância de boas práticas de segurança e adotamos controles internos para garantir o acesso adequado aos dados.

No entanto, é importante ressaltar que nenhum sistema ou servidor é totalmente imune a ataques mal-intencionados, vírus ou outras formas de ação criminosa. Caso ocorra algum incidente de segurança, notificaremos o titular e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) se houver risco de dano relevante, e tomaremos as providências necessárias para solucionar o problema o mais rápido possível, mantendo nosso compromisso com a segurança das informações fornecidas.

Essa política poderá ser revisada e atualizada conforme novos tratamentos de dados forem implementados ou diante de mudanças regulatórias emitidas pela ANPD. Quando isso ocorrer, o titular será informado por meio de um aviso no *site* ou por *e-mail*, para que possa acompanhar as alterações realizadas pelo Mater Natura.



13. Encarregado pelo Tratamento de Dados (DPO)

Em conformidade com o art. 41 da LGPD, o Mater Natura designa como Encarregado de Dados:

Nome: Juliana Vitulskis

Cargo: Gerente de Comunicação

E-mail: dpo@maternatura.org.br

Este profissional é o ponto de contato com os titulares e com a ANPD, sendo responsável por:

- Aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências;

- Receber comunicações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados e adotar providências;
- Orientar os funcionários e os contratados da entidade a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais;
- Executar as demais atribuições determinadas pelo controlador ou estabelecidas em normas complementares.



14. Nossos Compromissos com a Segurança e Monitoramento do Uso de Dados

Para a efetiva aplicação da Política de Privacidade adotamos os seguintes compromissos para monitorar os fluxos de tratamento de dados na instituição e garantir a sua segurança contra vazamentos:

1. Implementar uma Política de Segurança Interna para Tratamento e Proteção de Dados (PSI), de forma a reunir as diretrizes operacionais a serem adotadas pelos trabalhadores e dirigentes para garantir a segurança e a proteção dos dados coletados.

Adotamos ações informativas e de capacitação dos Colaboradores do Mater Natura com treinamento contínuos para compreensão e utilização da Política de Privacidade, incluindo de práticas de governança em privacidade, como:

- Revisão periódica da Política de Privacidade;
- Auditorias internas periódicas em operações de tratamento de dados;
- Treinamento contínuo sobre proteção de dados para colaboradores e voluntários;
- Avaliação de riscos e de impacto à privacidade (DPIA) em novos processos (projetos);
- Cláusulas contratuais padronizadas para fornecedores com acesso a dados.

Os empregados, assessores e/ou representantes do Mater Natura, autorizados a tratar os Dados Pessoais, estão sujeitos a uma obrigação interna de confidencialidade, integridade e segurança dos dados pessoais sob sua responsabilidade, e devem receber formação adequada para exercer essas atribuições e responsabilidades.

Implementamos medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais, assim como prevenir seu dano, perda, alteração, destruição ou uso não autorizado, adotando: a) medidas de segurança física destinadas a impedir o acesso de pessoas não autorizadas à infraestrutura onde estão armazenados os Dados Pessoais; b) manter *backup* seguro e comunicação com criptografia; c) sistema de autenticação.

2. Adoção do RIPD/DPIA. O Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD) é também conhecido como Avaliação de Impacto à Proteção de Dados (do inglês Data Protection Impact Assessment - DPIA), sendo esta a documentação da Controladora que

contém a descrição dos processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como elenca as medidas, salvaguardas e mecanismos de prevenção e de mitigação de risco.

Conforme recomendado pela ANPD, o Mater Natura aplica o RIPD/DPIA nas operações e tratamento (projetos) que envolvam risco elevado à privacidade de dados pessoais, especialmente dados sensíveis, como por exemplo:

- Decisões automatizadas com impacto relevante;
- Uso de tecnologias emergentes;
- Operações em larga escala;
- Transferência internacional de dados;
- Compartilhamento entre controladores.

Este relatório deve conter no mínimo: a descrição dos tipos de dados coletados; a metodologia utilizada para a coleta e para a garantia da segurança das informações; a análise do controlador sobre as medidas, salvaguardas e mecanismos visando a mitigação dos riscos.

Ainda, as DPIA deve observar os seguintes elementos:

- Uma descrição sistemática das operações de tratamento previstas e das finalidades do tratamento, incluindo, quando aplicável, o interesse legítimo prosseguido pelo responsável pelo tratamento;
- Uma avaliação da necessidade e proporcionalidade das operações de tratamento em relação às finalidades.
- Uma avaliação dos riscos para os direitos e liberdades dos titulares dos dados.

3. Registro de Operações de Tratamento (ROPA): Conforme o artigo 37 da LGPD, o ROPA é um documento que registra todas as operações de tratamento de dados pessoais, desde a coleta até a eliminação. Ele serve como base para demonstrar que a organização está seguindo os princípios e requisitos da LGPD.

O ROPA visa detalhar:

- **Finalidade do tratamento:** Por que os dados estão sendo coletados e processados?
- **Tipos de dados:** Quais tipos de dados pessoais são coletados (nome, endereço etc.)?
- **Titulares dos dados:** Quem são os titulares dos dados (clientes, funcionários etc.)?
- **Base legal:** Qual é a base legal que justifica o tratamento dos dados (consentimento, cumprimento de contrato etc.)?

- **Medidas de segurança:** Quais medidas técnicas e organizacionais foram implementadas para proteger os dados?
- **Destinatários dos dados:** A quem os dados são compartilhados (fornecedores, parceiros etc.)?
- **Período de retenção:** Por quanto tempo os dados serão armazenados?
- **Transferências internacionais:** Se os dados são transferidos para outros países?

A principal diferença entre ROPA e RIPD/DPIA é que o ROPA é um registro completo de todas as operações de tratamento de dados, enquanto o RIPD/DPIA é um documento mais focado, elaborado apenas para processos que apresentam riscos elevados.



15. Vigência e atualizações desta Política

Esta Política de Privacidade entra em vigor na data de sua assinatura pelo Diretor Presidente e aprovação em Assembleia Geral, revogadas as disposições em contrário, devendo ser levado a registro ao cartório competente.

Sempre que necessário, serão realizadas atualizações e versões anteriores serão armazenadas de forma segura, estando disponíveis mediante solicitação. O Mater Natura recomenda que os usuários visitem regularmente nossa página de Política de Privacidade disponível no *website* ou sempre que surgir alguma dúvida, para verificar possíveis atualizações ou modificações.



16. Anexos

Como Anexos a esta Política de Privacidade, apresentamos modelos de Termo de Consentimento para registrar a manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para finalidades específicas, em conformidade com a LGPD, tais como:

- Dados pessoais de trabalhadores quando da contratação pelo Mater Natura;
- Dados sensíveis e de menores de idade;
- Para coletas de dados simples em eventos, *lives*, dentre outros, via Google Forms;
- Avaliação de Impacto à Proteção de Dados – DPIA para projetos de alto risco;
- Aviso de *Cookies* (rastreadores), informando a finalidade do rastreamento por *cookies* no *website*;
- Registro de Operações – ROPA;
- Outras.

Anexo 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para tratamento de dados pessoais

Mater Natura – Instituto de Estudos Ambientais
Versão 1.0 | Atualizado em: Outubro de 2025

Este termo consolida o modelo completo e o modelo simplificado de consentimento, permitindo aplicação em diferentes contextos, conforme exigência da LGPD.

Modelo Completo (uso institucional formal)

Eu, [*Nome completo do titular*], autorizo o Mater Natura – Instituto de Estudos Ambientais a tratar meus dados pessoais para as finalidades descritas [*descrever brevemente a finalidade*], conforme a Política de Privacidade disponível no *site* institucional (<https://maternatura.org.br/quem-somos/programa-integridade/>), a qual tive acesso e ciência do conteúdo.

Declaro que fui informado(a) sobre meus direitos como titular de dados pessoais e que posso exercê-los conforme descrito no Formulário Padronizado de Direitos do Titular.

Modelo Simplificado (uso em formulários ou ações pontuais)

Autorizo o uso dos meus dados pessoais para [*descrever brevemente a finalidade*], conforme a Política de Privacidade disponível no *site* institucional, a qual tive acesso e ciência do conteúdo. Estou ciente de que posso revogar esta autorização a qualquer momento e obter mais informações pelo e-mail dpo@maternatura.org.br.

Anexo 2 – Termo de Consentimento para Tratamento de Dados Sensíveis

Mater Natura – Instituto de Estudos Ambientais
Versão 1.0 | Atualizado em: Outubro de 2025

Este termo aplica-se aos casos em que há tratamento de dados pessoais sensíveis, conforme definidos no art. 5º, II da LGPD (ex: origem racial ou étnica, convicção religiosa, dados de saúde ou orientação sexual).

Declaro estar ciente de que o fornecimento de dados sensíveis é opcional e que posso revogar este consentimento a qualquer momento. Todas as garantias legais previstas na LGPD serão asseguradas.

Anexo 3 – Consentimento para Tratamento de Dados Pessoais de Crianças e Adolescentes

Mater Natura – Instituto de Estudos Ambientais
Versão 1.0 | Atualizado em: Outubro de 2025

Conforme o art. 14 da LGPD, o tratamento de dados pessoais de menores de idade requer o consentimento específico e em destaque de pelo menos um dos pais ou responsável legal.

Declaro que autorizo o tratamento dos dados do(a) menor [Nome], sob minha responsabilidade, exclusivamente para as finalidades descritas neste documento e em conformidade com a Política de Privacidade.

Anexo 4 – Declaração para Pesquisa com Tratamento Anônimo de Dados

Mater Natura – Instituto de Estudos Ambientais
Versão 1.0 | Atualizado em: Outubro de 2025

Este formulário aplica-se a pesquisas e avaliações em que os dados serão coletados de forma anônima, sem possibilidade de identificação direta ou indireta do participante. Mesmo neste caso, a LGPD assegura transparência e boa-fé no tratamento de dados.

Anexo 5 – Contrato de Trabalho com Cláusula de Proteção de Dados Pessoais

Mater Natura – Instituto de Estudos Ambientais
Versão 1.0 | Atualizado em: Outubro de 2025

Cláusula Oitava – Da Proteção dos Dados Pessoais

Os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis coletados neste Contrato de Trabalho serão tratados conforme as hipóteses do artigo 7º da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e estes dados não poderão ser compartilhados com terceiros.

Anexo 6 – Modelo de AVISO LGPD NOS E-MAILS

Mater Natura – Instituto de Estudos Ambientais

Versão 1.0 | Atualizado em: Outubro de 2025

O Mater Natura está comprometido em proteger os dados pessoais do titular de acordo com o LGPD. Coletamos e processamos informações para fornecer o melhor serviço para nossos parceiros e visitantes. Você pode visualizar nossa política de privacidade completa [*aqui* - Inserir link]. De acordo da Lei Nº 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), esta mensagem de *e-mail* incluindo os seus anexos são destinadas apenas ao destinatário. Ela pode conter informações privilegiadas e/ou de caráter confidencial, portanto a utilização, cópia e/ou divulgação não autorizada desta mensagem é expressamente proibida. (Art.153, Código Penal). Se você recebeu esta mensagem por engano, por favor, informe-nos e apague-a, não copie ou divulgue seu conteúdo.

Anexo 7 - Modelos Consentimento para formulários do Google Forms

Mater Natura – Instituto de Estudos Ambientais

Versão 1.0 | Atualizado em: Outubro de 2025

Todos os dados serão tratados respeitando a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

(☐) Autorizo que as respostas sejam utilizadas para fins de pesquisa, de forma anonimizada e respeitando a LGPD.

Autorização de uso de Imagem:

(☐) Autorizo o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre imagens de vídeo, fotos e documentos para (**finalidade**).

Anexo 8 – Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (DPIA)

Mater Natura – Instituto de Estudos Ambientais
Versão 1.0 | Atualizado em: Outubro de 2025

Este Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (DPIA) é um documento exigido para os projetos do Mater Natura – Instituto de Estudos Ambientais que envolvam operações de tratamento de dados pessoais com risco elevado aos direitos e liberdades dos titulares, conforme exigido pela LGPD.

O preenchimento deste relatório é de responsabilidade da equipe gestora do projeto, com apoio do Encarregado pelo Tratamento de Dados (DPO).

1. Identificação do Projeto

- Nome do Projeto:
- Área Responsável:
- Responsável pelo Preenchimento:
- Data de Início e Fim Previstas:

2. Finalidade do Tratamento

- Descrever os objetivos do tratamento de dados pessoais realizado pelo projeto.

3. Tipos de Dados Coletados

- Dados Pessoais (funcionários, voluntários, estagiários, doadores etc.):
- Dados Sensíveis:
- Dados de Crianças ou Adolescentes (se aplicável):

4. Titulares dos Dados

- Identificar os grupos de titulares (por ex: beneficiários, colaboradores, prestadores de serviço etc.).

5. Base Legal do Tratamento

- Indicar a(s) base(s) legal(is) utilizadas para o tratamento conforme o artigo 7º ou 11º da LGPD.

6. Descrição do Ciclo de Vida dos Dados

- Descrever como os dados são coletados, armazenados, utilizados, compartilhados e eliminados.

7. Avaliação de Necessidade e Proporcionalidade

- Justificar a necessidade da coleta dos dados para a finalidade proposta.
- Avaliar se há excessos ou possibilidade de minimização.

8. Avaliação de Riscos à Privacidade

- Descrever os riscos identificados quanto à segurança, acesso indevido, vazamento, discriminação, uso indevido dos dados etc.
- Avaliar a gravidade e probabilidade dos riscos.

9. Medidas de Mitigação e Salvaguardas

- Listar medidas técnicas e organizacionais para reduzir os riscos identificados.

10. Compartilhamento de Dados Pessoais

- Indicar se há compartilhamento com terceiros, quais são e quais garantias contratuais existem.

11. Transferência Internacional de Dados (se aplicável)

- Indicar se há transferência internacional, para qual país e quais garantias foram adotadas.

12. Conclusão e Validação

- Avaliação final da conformidade com a LGPD.
 - Nome e assinatura do responsável pela validação do relatório.
 - Nome e assinatura do DPO.
-

Anexo 9 – Registro de Operações de Tratamento de Dados Pessoais (ROPA)

Mater Natura – Instituto de Estudos Ambientais

Versão 1.0 | Atualizado em: Outubro de 2025

Este Registro de Operações de Tratamento de Dados Pessoais (ROPA) é um documento obrigatório conforme o artigo 37 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD – Lei nº 13.709/2018), que tem por objetivo registrar de forma organizada todas as operações de tratamento de dados realizadas pelo Mater Natura – Instituto de Estudos Ambientais.

Este registro deve ser mantido atualizado e disponível para fins de transparência, auditoria e comprovação da conformidade com a LGPD.

Estrutura de Registro

Abaixo segue a estrutura recomendada para preenchimento do ROPA :

1. Nome do Projeto/Atividade:
2. Área Responsável:
3. Descrição do Tratamento:
4. Finalidade do Tratamento:
5. Categoria dos Titulares dos Dados:
6. Tipos de Dados Pessoais Tratados:
7. Base Legal:
8. Compartilhamento de Dados (com terceiros? quais?):
9. Transferência Internacional de Dados (se aplicável):
10. Prazo de Retenção dos Dados:
11. Medidas Técnicas e Administrativas de Segurança:
12. Nome e Contato do Responsável pelo Preenchimento:

Observações Adicionais: _____

Este modelo pode ser adaptado conforme a natureza das atividades desenvolvidas pelo Mater Natura, com a utilização de planilhas. É importante que cada nova atividade ou projeto que envolva tratamento de dados pessoais tenha sua operação registrada neste formato, garantindo rastreabilidade, responsabilização e conformidade.



quatro décadas em
defesa da biodiversidade

